



**RELAÇÕES DE GÊNERO NOS PROJETOS SOCIAIS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE
ESPORTES DE FLORIANÓPOLIS**

Julia Mara Pegoraro Silvestrin
Talita Affonso Gaspar

RESUMO

O presente trabalho tem como base a monografia apresentada no curso de Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina. O objetivo foi investigar, através de entrevistas semiestruturadas e observações, a participação de meninos e meninas como beneficiários e beneficiárias em projetos sociais de políticas públicas de esporte e lazer da Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis/SC.

Palavras-Chave: *Relações de Gênero; Esporte e Lazer; Projetos Sociais.*

**GENDER RELATIONS IN SOCIAL PROJECTS OF THE MUNICIPAL SPORTS FOUNDATION OF
FLORIANÓPOLIS**

ABSTRACT

This work is based on the monograph presented in the course of Physical Education at Federal University of Santa Catarina. The aim was to investigate, through structured interviews and observations, the participation of boys and girls as beneficiaries in social projects of public policies of sports and leisure at the Municipal Sports Foundation of Florianópolis/SC.

Key Words: *Gender Relations; Sports and Leisure; Social Projects.*

**RELACIONES DE GÉNERO EN LOS PROYECTOS SOCIALES DE LA FUNDACIÓN MUNICIPAL
DE DEPORTES DE FLORIANÓPOLIS**

RESUMEN

Este trabajo se basa en la monografía presentada en el curso de la Educación Física de la Universidad Federal de Santa Catarina. El objetivo fue investigar, a través de entrevistas estructuradas y observaciones, la participación de niños y niñas como beneficiarias y beneficiarios de la proyectos sociales de política pública del deporte y el ocio de la Fundación Municipal de Deportes de FlorianópolisSC.

Palavras Clave: *Relaciones de género; Deportes y Ocio; Proyectos Sociales.*



INTRODUÇÃO

Ao longo da história as mulheres foram privadas de muitas práticas, inclusive a esportiva, devido as suas condições biológicas. Associadas a idéia de que toda sua existência deveria ser destinada a cuidados maternos, para com o lar e com o marido, as características associadas à feminilidade passaram a ser menos valorizadas que aquelas associadas à masculinidade. Essa construção social, que determina o que é próprio para cada sexo, baseada em condições biológicas, define o conceito de relações de gênero, segundo Scott (1990), e a distinção de valores entre as características atribuídas a cada sexo estabeleceu uma relação de poder de um sexo sobre o outro.

Como o masculino comporta características que o esporte atual exige, o campo esportivo se tornou mantenedor dos estereótipos masculinos. Sabendo da importância do esporte e do lazer como expressões da cultura de movimento, e levando em consideração que são direitos estabelecidos pelo Estado, propomos, neste trabalho, investigar a participação de meninos e meninas como beneficiários e beneficiárias em projetos sociais de políticas públicas de esporte e lazer da Fundação Municipal de Esportes (FME) de Florianópolis (SC).

Nesta pesquisa, foram feitas entrevistas com coordenadores e/ou professores de cada um dos quatro projetos de esporte de participação que compõe o quadro da FME e também foram feitas observações de aulas e entrevistas com um aluno e uma aluna de cada turma do período matutino de um único projeto: o Projeto de Integração pelo Esporte - PIPE. A escolha por este projeto se deu pelo fato de que compreende voleibol, proporcionada ao sexo masculino e ao feminino. A importância pela escolha de uma modalidade coletiva se deu ao fato de que através das relações que estabelecemos no coletivo estamos produzindo e reproduzindo discursos e gestos que vêm de aprendizados socioculturais, e a escolha uma prática que fosse proporcionada tanto aos meninos quanto as meninas foi compreendida como forma de tentar compreender quais as semelhanças e diferenças que se dão no trato com grupos de meninos, grupos de meninas, e em grupos mistos.

A partir do objetivo geral, surgiram três objetivos específicos: refletir sobre as relações de gênero e o esporte no Projeto Integração pelo Esporte – PIPE; compreender as relações de gênero na ótica dos professores/e ou coordenadores dos quatro Projetos Sociais da FME; compreender as diferenças e semelhanças da participação de meninos e de meninas nas atividades do projeto observado.

GÊNERO E POLÍTICA

A luta das mulheres por condições de vida semelhantes às dos homens, mostrando que não deveria haver prevalência de um sexo sobre o outro, catapultou as teorias e pesquisas que redundaram no desenvolvimento do conceito de gênero, que para Scott (1990) é uma categoria analítica que explica como as relações entre homens e mulheres se articulam e como são naturalizadas pela constância da prática e do discurso.

Segundo a estrutura do discurso ocidental baseada em dicotomias (SCOTT, 1999), nas quais os termos relacionados ao universo masculino assumiram superioridade em relação aos termos relacionados ao universo feminino (como sendo o oposto), numa linguagem de dominação, geraram-se sentidos valorativos distintos que se transformaram em desigualdades. Às mulheres couberam papéis e espaços



privados, onde se atribuíram características que assumiram o sentido de inferioridade, sendo menos valorizadas que as características atribuídas ao homem, que historicamente assumiu o lugar público, espaço esse entendido como aquele em que a ação e o discurso de cada sujeito podem ganhar efetividade na construção de um mundo comum. Assim, o homem assumiu a política.

Leis e opiniões refletiam a concepção de que a mulher não era considerada cidadã, não tendo, portanto, direitos políticos e sociais. Dessa forma, como categoria política, gênero serve, também, para analisar a questão da igualdade e da diferença, o que leva ao apontamento para outra perspectiva de interpretação e transformação da realidade social (ARAÚJO, 2005).

Para Scott (2005), a igualdade “não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração”, o que supõe que podemos minimizar ou ignorar algumas diferenças enquanto que outras podem ser maximizadas e postas a se desenvolver. Nesse sentido, a autora (1999) defende a desconstrução da oposição binária “igualdade/diferença”, pois não podemos optar de uma vez por todas pela igualdade ou pela diferença, visto que somos iguais enquanto seres humanos e diferentes quanto ao sexo. Dessa forma, acredita-se válida a busca de equidade de gênero, que implica afirmar a igualdade de direitos e oportunidades (SCOTT, 1999).

Um equívoco no discurso da diferença macho-fêmea é que esse discurso oculta as diferenças entre os mesmos sexos, dando a entender que todas as mulheres são iguais, ou que todos os homens são iguais, no que diz respeito ao comportamento, caráter, desejo, subjetividade, sexualidade, identificação de gênero e experiência histórica. Nega-se aí, a diversidade de identidades de mulheres e homens, que é o que supera a classificação feminino/masculino. Desconstruindo a diferença binária, se daria lugar às diferenças múltiplas, e assim se fugiria da disjunção igualdade ou diferença (SCOTT, 1999).

RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, ESPORTE E LAZER

Servindo como uma fundação do privilégio e da ideologia da masculinidade, o esporte exclui a mulher (DEVIDE, 2005). Ele, o esporte, enfatiza qualidades instrumentais de dominância, competitividade, agressividade, risco, características essas tradicionalmente valorizadas no desenvolvimento do homem, excluindo, no âmbito do movimento, qualidades expressivas como improvisação, submissão e dependência, relacionadas culturalmente com as mulheres. Aí se estabelece um elo de gênero entre esporte e masculinidade.

Na virada do século XIX, a prática feminina de esporte no Brasil começa a ganhar certo espaço na sociedade brasileira. Através do discurso médico, higienista e eugênico surgiu a preocupação com a importância de um corpo de mulher forte e saudável para a geração de filhos também fortes e saudáveis. Aliada a esse discurso, associou-se também a estética: a mulher devia ser saudável e bela, e conseguiria esses atributos através da prática de exercícios físicos. A entrada da mulher brasileira nesse mundo de práticas até então tidas masculinas se deu primeiramente na elite da sociedade, influenciada pelo modo de vida europeu, como meio para ascensão social (DEVIDE, 2004; GOELLNER, 2005).

Atenta à modernização, a sociedade brasileira passou a ocupar mais o espaço público. Multiplicaram-se os clubes recreativos, as demonstrações atléticas, parques de lazer, campos de futebol, e as práticas de movimento passaram a ocupar as horas do lazer (GOELLNER, 2005). Todavia, foi nos Clubes, também, que se instituiu uma visão de esporte de rendimento. Quando o esporte de competição foi transformado em instrumento político e atividade comercial, ele deixou de ser apenas assunto dos clubes (TUBINO, 1988).



Na segunda metade do século XX, em 1961 houve a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases para a educação brasileira e nela a inclusão obrigatória da educação física na escola. Porém, mesmo com a obrigatoriedade da educação física escolar e o fenômeno do esporte como conteúdo das aulas, as oportunidades de movimento das meninas ainda eram restritas. De 1941 a 1975, no Brasil, vigorou o Decreto Lei 3.199, que estabelecia as bases da organização dos esportes e incluía um artigo colocando que às mulheres não se permitia a prática de esportes “*incompatíveis com as condições da sua natureza*” (ADELMAN, 2003, p.447) e esses esportes foram discriminados entre os permitidos e/ou proibidos.

Pode-se perceber, então, que esporte e sociedade constituem-se mutuamente, conforme afirma Plessner (apud SARAIVA, 1999, p.81): “A busca do recorde no esporte é a busca do recorde na sociedade. [...] O esporte é a imagem da sociedade e esta é o mundo do esporte, e o juízo que o denuncia ou o enaltece, denuncia ou enaltece a sociedade”.

A percepção que os indivíduos têm de si próprios e dos outros é influenciada pelos estereótipos que influem nas relações interpessoais. Em termos de forma, tamanho, postura e movimento se padronizam o corpo feminino e essa forma feminina de estar no espaço é de limitação em vez de expansão. Assim, entende-se que a ampliação das vivências de movimento possibilitaria a superação de limites, pois como conteúdo da educação física escolar, o esporte influencia diretamente na socialização para as práticas corporais, esportivas e de lazer (SARAIVA, 1999).

O lazer pode ser entendido como um conjunto de atividades culturais lúdicas, com sentidos e significados pessoais e que englobam diferentes interesses humanos, realizados na busca pelo prazer e podendo acontecer no tempo livre das obrigações cotidianas (ANDRADE DE MELO; ALVES JÚNIOR, 2003).

A Constituição de 1988 define o lazer como direito social (sexto artigo do segundo capítulo). Da mesma forma como o lazer recebeu respaldo constitucional, o esporte aparece no artigo 217 do terceiro capítulo e oitavo título como: “*É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um*”. Sendo as práticas formais caracterizadas por regulamentos e normas nacionais e internacionais, dentro de cada modalidade; e as não-formais, caracterizadas pela liberdade lúdica de seus participantes, incluindo-se aí a prática de esporte de participação (BRASIL, 1988).

Espera-se, portanto, que estes direitos sejam assegurados a todos e a todas, sem privilégios de um grupo sobre outro. Entretanto, esporte e lazer não devem ser vistos apenas como objetos de direito, mas também como importantes manifestações da cultura de movimento e que constituem a herança social.

Portanto, se os/as professores/as negligenciarem a preparação das aulas de educação física para as meninas estarão negligenciando as próprias meninas, porque estarão considerando que o esporte é menos importante para elas que para os meninos e isso pode fazer com que se desinteressem pela prática das modalidades trabalhadas em aula, não ampliando suas vivências de movimento e capacidades motoras e não desenvolvendo, também, condições para praticar o esporte em seu lazer (SARAIVA, 1999).

POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS SOCIAIS DE ESPORTE E LAZER

Entende-se por políticas públicas as estratégias e intervenções do governo, com e para a população, a fim de alcançar resultados que garantam a cidadania de todos e todas. Os atos, e também os não-atos, do governo indicam que as políticas públicas implicam em escolhas e decisões que atendem interesses diversos, devendo ser entendidas em situações específicas relacionadas à construção social (MENICUCCI, 2006).



Dulce Suassuna et. al (2007), acredita que propostas de políticas públicas devem assumir a existência de conflitos, de diferenças sociais de classe, gênero, etnia, entre outros, pois negando-as adotam posições autoritárias nas intervenções.

Com o crescimento das desigualdades sociais, os problemas nas comunidades periféricas brasileiras se tornaram mais visíveis. Surgiram então, a partir da exposição e da amplitude desses problemas, as “comunidades socialmente vulneráveis” ou “em situação de risco” e, como uma ação urgente, com o objetivo de transformação social, surgiram inúmeros projetos que, por meio de atividades artísticas, musicais e esportivas, objetivam eliminar ou diminuir os problemas das comunidades. Porém, tem sido comum a associação de vulnerabilidade com carência, e ao vermos esses indivíduos como carentes sociais, nossas práticas e projetos passam a ter caráter assistencialista e utilitarista, oferecendo como bem-estar aquilo que é de direito (CORREIA, 2008).

Outro termo que aparece no discurso dos gestores e professores ao que se refere à justificativa de políticas públicas e projetos sociais para o esporte e o lazer é “inclusão social”. Ao falarmos em inclusão social, segundo Andrade de Melo (2008), pensamos que a proposta de intervenção não tem um fim em si mesmo, e sim, de que as ferramentas pedagógicas utilizadas são um meio para alcance de outros objetivos mais amplos, como preparação para o exercício pleno da cidadania. Isso inclui proporcionar ao indivíduo o desenvolvimento de olhar crítico sobre a realidade que o cerca, e não adaptação incondicional, como ocorre, por exemplo, com a existência de propostas que crêem que vão incluir o indivíduo socialmente tendo em vista uma possibilidade bastante limitada e polêmica de inserção profissional.

A promoção da prática esportiva e de lazer tem se dado pela parceria entre os municípios e as empresas privadas, visto que não há uma diretriz nacional que norteie as políticas públicas (MENICUCCI, 2008) e parece que as entidades que financiam e orientam esses programas sócio-esportivos vislumbram, apenas, possibilidades do esporte como carreira a ser seguida pelos praticantes e não se interrogam sobre as possibilidades de frustração (VIANNA e LOVISOLO, 2009).

Essas propostas são pensadas com o intuito de fornecer oportunidades para que, ao exemplo de grandes astros oriundos de camadas populares, alguns alunos se tornem atletas profissionais de grandes clubes ou de importantes companhias mundiais, ganhando altos salários. Sem pensar, porém, que o processo seletivo acaba excluindo de forma muito pior (ANDRADE DE MELO, 2008).

São inúmeras as possibilidades de inclusão, de desenvolvimento pessoal e de relações entre as pessoas, através do esporte de lazer, mas para isso, é preciso proporcionar que ele seja realizado em sua amplitude: levando em consideração as subjetividades dos praticantes, seus sentidos e significados pessoais, não levando apenas em consideração o interesse pelo rendimento.

METODOLOGIA

Ao procurar responder e descrever os questionamentos da pesquisa sobre a relação de gênero nos projetos sociais da Fundação Municipal de Esportes (FME) de Florianópolis (SC) optou-se pela realização da pesquisa descritiva e empírica, na abordagem qualitativa.

Esta pesquisa compreendeu entrevistas semiestruturadas com questões abertas e fechadas, e foram respondidas por quatro professores e/ou coordenadores das práticas esportivas dos quatro projetos sociais que integram o quadro da FME. Também foram feitas entrevistas com dois alunos e duas alunas do Programa de Integração Pelo Esporte – PIPE (sendo um aluno da turma masculina, um aluno da turma mista, uma aluna da turma feminina e uma aluna da turma mista), e dez observações de práticas



esportivas em três turmas matutinas (sendo três observações em turma masculina, três observações em turma feminina, quatro observações em turma mista). As entrevistas foram gravadas e transcritas. As observações foram relatadas em diário de campo. Ambas, entrevistas e observações, aconteceram durante o mês de outubro do ano de 2010. Para preservar o anonimato dos sujeitos, a identificação dos mesmos foi feita apenas através de números.

A análise dos dados ocorreu durante todo o processo de pesquisa, com reflexões sobre o apresentado nas entrevistas e nas observações. Para um maior aprofundamento das idéias essenciais, organizou-se o conteúdo das falas em unidades de análise, e/ou categorias com as quais se buscou entender os objetivos inicialmente propostos. O procedimento implicou a montagem de um quadro descritivo de cada observação, nos quais foram destacados elementos significativos considerados importantes para a análise. Após, elaborou-se um único quadro com os elementos significativos que se repetiram em todas as observações. O conteúdo significativo de cada entrevista foi organizado em quadros individuais. Os significados encontrados na análise dos dados levantados a cada instrumento, observações e entrevistas eram constantemente revisados, na perspectiva de cruzar de forma significativa os enunciados dos sujeitos (falas e expressões) e o quadro teórico significativo para essas unidades, como orienta Minayo (2006).

ANÁLISE DAS CATEGORIAS

Durante a análise dos dados ficaram explícitos, tanto no discurso dos/as meninos/as e professores quanto nas observações das aulas, muitos paradoxos: igualdade/diferença, inclusão/exclusão, separação por sexo/convívio, entre outros. Daí se constituíram as principais unidades significativas: discurso da inclusão e prática da exclusão; a efetiva separação e a possibilidade de convívio; discurso da igualdade e a suposta fragilidade feminina.

Discurso da inclusão e prática da exclusão

Através das entrevistas, ficou evidente que o discurso proferido pelos professores e coordenadores quando se fala em projeto social de esporte é incluir, integrar a criança e o jovem tidos como “em situação de vulnerabilidade” na sociedade. O Professor 3 falou que no seu projeto “*uma das coisas que a gente faz é bater um papo em relação a drogas, marginalidade, aqui se trabalha muito com disciplina*”. Para o Professor 4, esse aspecto, também, é um dos objetivos do seu projeto “*A gente tem palestras [...] que falam a respeito das drogas e da sexualidade*”. Para o Professor 2, se objetiva “*tirar as crianças da rua, [...] direcionando as crianças para outras coisas, que não a violência*”.

As falas dos professores e coordenadores nos levaram a refletir sobre os objetivos dos projetos sociais de esporte e lazer. Parece que a promoção desses passa a ser utilizada sob a condição de redentora social e se perde o sentido inicial de se assegurar um direito social. Não deixam de surgir discursos para defender a ocupação do tempo livre como solução para evitar os problemas sociais diante do contexto da desigualdade social (MASCARENHAS apud CORREIA, 2008).

Percebe-se, então, que no discurso, o esporte é usado como uma ferramenta para atrair crianças e adolescentes para uma educação pautada em valores que possam manter a ordem moral da sociedade, como disciplina e afastamento das situações de risco. Apesar da visão dos professores, Pinto (apud NORONHA, 2009, p.105), diz que “a conquista da cidadania pelo esporte e lazer [...] requer ações que busquem a reversão de esquemas assistencialistas e utilitaristas de exclusão e de tutela”.



Há ainda outro objetivo para os projetos sociais, segundo os professores e/ou coordenadores, o de buscar futuros atletas. Como afirmam os professores 3 e 4, respectivamente: “*Tem um objetivo que é social, o outro é angariar talentos*”; “*Tentar revelar algum possível atleta.*”

Segundo a Fundação Municipal de Esportes, esses projetos trabalham o esporte-participação, que é caracterizado como aquele que tem fortes relações com o lazer e tem como propósitos descontração, diversão, desenvolvimento social e as relações entre as pessoas da comunidade (TUBINO, 1988). Porém, tanto dentro do próprio discurso dos/as entrevistados/as quanto nas observações das aulas, podemos verificar que, na prática, a forma de esporte que vem sendo trabalhado dentro dos projetos visa o esporte-performance, que não traz elementos para que ocorra inclusão de fato e nem possibilita a vivência dos propósitos do esporte-participação.

O esporte-performance exalta o mais hábil, o mais forte, o mais veloz, aumentando a chance de frustração sentida pelos praticantes que não têm o mesmo rendimento, e que são a maioria, levando à desistência da prática da modalidade. Muitas vezes ainda, crianças e adolescentes se iludem com uma possível futura carreira profissional de sucesso dentro desse esporte, tendo como exemplos um ou outro atleta que conseguiram essa ascensão, como já apontaram Vianna e Lovisolo (2009).

Outro ponto excludente, quanto ao esporte-performance trabalhado nos projetos sociais, pode ser pensado a partir do fato de que dos quatro projetos em que se realizaram as entrevistas apenas um tinha uma turma mista. Será que separar meninos e meninas, não proporcionando o convívio em conjunto, ajuda a integrarem-se numa sociedade em que homens e mulheres vivem juntos como cidadãos?

Já se viu como o homem e o estereótipo masculino ainda vêm assumindo o *status* de superioridade sobre a mulher e o estereótipo feminino. Ao se manterem os papéis sexuais dentro do âmbito esportivo e de lazer, meninos e meninas saem prejudicados/as quanto à oportunidade de ampliarem suas possibilidades de movimento, como já discutiu Saraiva (1999). Essa relação de poder do masculino sobre o feminino, gerando desigualdades, também não estaria acentuando outra forma de exclusão?

A efetiva separação e a possibilidade de convívio

Quando a aluna da turma feminina assume que é melhor fazer aula em separado dos meninos “*porque as meninas são meio fraquinhas e os meninos fortes*”, ela confirma o que Louzada e Devidé (2004) encontram em seu estudo acerca das representações discentes sobre a separação das turmas por sexo: meninas justificam a turma separada devido a diferenças de força, brutalidade. Quando o aluno da turma masculina fala que “*pros homens o treino é mais puxado*”, concordam com o mesmo estudo, onde os meninos justificam que as aulas deles são separadas das meninas devido à maior intensidade em que acontecem. Em estudo semelhante, Louzada, Votre e Devidé (2007), apontam que a justificativa, por parte de docentes, para a ocorrência de turmas separadas é semelhante a dos/as alunos/as.

Ao serem questionadas sobre o porquê de diferenças entre o desempenho e o comportamento das meninas e dos meninos, crianças entrevistadas responderam “*não sei*”, demonstrando que se apropriam das “*regras*” do mundo em que estão vivendo: se as turmas são separadas por sexo ou mistas, são válidas por si sós. Não houve incentivo a se questionarem o porquê de estarem vivendo separados, ou o que fundamenta a idéia de que são diferentes e precisam de trato diferente.

Através dos discursos, tanto dos professores quanto do aluno e da aluna das turmas homogêneas ao sexo, entende-se que a separação ocorre devido às características biológicas distintas de cada sexo, que acabam sendo pensadas como determinantes pelo desempenho inferior das meninas. Entendemos que, se a prática não é uma sessão de treinamento esportivo, não se poderia pautar a separação dos sexos, nas



aulas, sobre as bases biológicas, como diferenças de habilidade motora ou força entre alunos e alunas (SARAIVA, 1999).

Ao assumir que os meninos se apresentaram mais ativos, explorando mais o espaço e com desempenho superior em relação às meninas, percebemos claramente a construção dos gêneros e como ela interfere na aprendizagem das práticas esportivas.

Os meninos, por meio do esporte, ocupam espaços mais amplos que as meninas, o que está vinculado a imagens de uma masculinidade forte, violenta e vitoriosa. Esportes trabalhados no sentido competitivo, agressivo, violento, são considerados como a melhor iniciação à virilidade, pois os meninos são incitados a demonstrar publicamente seu desprezo pela dor, seu domínio corporal, sua força e vontade de ganhar e a imagem desse esporte continua afastando as meninas de sua prática (ALTMANN; SOUSA, 1999). Foi visível, então, através das observações, a atribuição de poder do homem sobre o espaço esportivizado.

Em relação à observação da maior dificuldade das meninas na realização dos exercícios, pode-se supor o fato de elas terem, ao longo de sua cultura de movimentos, enquanto mulheres que sofrem os estereótipos de gênero, menores oportunidades de se exercitarem, como já apontou Saraiva (1999), refletindo que as vivências motoras que têm sido oferecidas às meninas são diversificadas das oferecidas aos meninos, aos quais são facilitados conteúdos como lançamentos, saltos e corridas. Conforme Saraiva, ainda, se padroniza o corpo feminino em termos de forma, tamanho, postura e movimento, numa forma feminina de estar no espaço que é de limitação em vez de expansão. Estas idéias nos ajudam a entender o porquê das meninas apresentarem mais dificuldades e menos motivação que os meninos em realizar as atividades propostas, todavia, não dão conta de explicar a participação voluntária de meninas nos projetos esportivos.

Também se verificou que o número de crianças e adolescentes inscritos/as nas turmas era muito superior ao número dos/as que freqüentavam as aulas. Quanto ao baixo número de permanência de alunos/as nos projetos sociais de esporte, pode-se apontar para a possibilidade de desistência a partir da experiência pessoal desses/as alunos/as em práticas esportivas e de suas autoavaliações. Concordando com Vianna e Lovisoló (2009), o fato de não obterem seu desempenho esperado poderia levar ao abandono da prática. Outra hipótese, para explicar a desistência, pode ser a possibilidade das aulas não atenderem às expectativas de crianças e adolescentes, por não serem, talvez, ministradas de forma interessante a elas/eles.

Uma possibilidade de trabalho, que poderia tornar a prática esportiva mais interessante e poderia evitar a frustração e a desistência, seria dimensioná-la, realmente, pelo enfoque ao esporte-participação, e esse, de forma co-educativa, na qual poder-se-ia problematizar as relações estabelecidas entre homens e mulheres, buscando entender diferenças e igualdade entre os mesmos. Dessa forma, sob princípios que retiram do esporte o sentido de “rendimento” e fazem as mesmas exigências para ambos os sexos, sem desprezar as diferenças individuais dentro dos dois, meninos e meninas poderiam experimentar as formas de comportamento do outro sexo de forma positiva, sem ter sua identidade abalada (SARAIVA, 1999).

Tanto para o aluno quanto para a aluna da turma mista, ter aulas conjuntamente, meninos e meninas, é interessante e apontam como sendo positiva a possibilidade de convívio. Para a aluna da turma mista, fazer aula em turma heterogênea quanto ao sexo “*é legal, porque aí a gente convive junto*”; para o aluno dessa mesma turma “*eu não acho difícil (conviver com as meninas), porque eu já aprendi [...]. Acho que não precisava separar.*”



Porém, com relação ao convívio entre meninas e meninos na turma mista, percebeu-se que os únicos momentos em que ele acontece, de fato, são quando, por mediação do professor, formam-se grupos mistos para a realização de algum exercício. Então, concorda-se com Auad (2003) que, percebendo-se o interesse das crianças em realizar práticas em conjunto, a turma mista é meio e pressuposto para haver co-educação. Porém, na falta de objetivos definidos e reflexão pedagógica, não é suficiente.

Discurso da igualdade e a suposta fragilidade feminina

Segundo o Professor 2, que prefere trabalhar com as meninas, *“As meninas permanecem mais. São mais prestativas que os meninos, tem mais iniciativa, porque não sabem e querem aprender. Os meninos pensam que já sabem tudo [...] e não sabem. Elas querem aprender, é melhor para trabalhar”*.

Essa preferência pode ser explicada por alguns motivos, tais como o professor ter uma proposta voltada à equidade de gênero ou um trabalho com perspectiva do esporte-participação, visando questões que, devido à história de construção dos gêneros, os meninos têm maior resistência em desconstruir. Essa resistência dos meninos, no que se refere ao trabalho para a equidade de gênero, pode ser entendida através da idéia de que o esporte masculino (de rendimento e espetáculo) é mais valorizado em nossa sociedade. Com a necessidade de mudança de papéis, os meninos podem acabar vivenciando o desprestígio de “descer” de uma posição supervalorizada, enquanto que para as meninas, poderia acontecer o inverso, “subir” a uma posição supervalorizada, por ultrapassarem os limites dos seus papéis sociais (SARAIVA, 1999).

Como já discursado, professores sentem diferença no trabalho com meninos e meninas e essas diferenças acabam revelando desigualdades, tanto no trato pedagógico quanto no desenvolvimento das/os alunas/os. Para três, dos quatro professores, as meninas tem maior dificuldade e menor desempenho que os meninos. Porém, ao serem questionados sobre a participação das mulheres em práticas corporais no geral, também três professores apontam que existe igualdade e equilíbrio de número de praticantes e desempenho entre homens e mulheres, ilustrando essa afirmação com o esporte-performance. Então, se afirmam que mulheres atletas batem recordes absurdos, como podem sustentar o discurso da limitação e da “fragilidade feminina”?

Ainda que sua presença se apresente de forma crescente, a participação da mulher no esporte é apontada por estudos como sendo menor que a participação dos homens, por isso, entendo como Goellner (2004), que a situação atual das mulheres em práticas corporais deve ser vista com cuidado. O discurso dos professores afirmou que nessa participação há equilíbrio e igualdade, porém, nos seus próprios projetos, apresentaram-se disparidades, reafirmando representações de gênero que geram desigualdades.

Além do esporte-performance foi apontada a dança como outra prática corporal onde pode se encontrar um grande e equilibrado número de mulheres e homens. As manifestações rítmicas e expressivas estiveram (e ainda estão) muito ligadas à feminilidade, onde os homens que se aventuram a praticar, assim como as mulheres no esporte, também estão sujeitos ao olhar com estranhamento e carregado de preconceito. Para Saraiva (1999), vivências motoras como as oferecidas em ginástica e dança são sonogadas aos meninos, por serem atribuídas como formas de movimentação mais feminina.

Outro professor apontou que as mulheres participam de atividades com o objetivo estético de culto ao corpo. As atividades que aparecem com mais frequência sob esse objetivo são as caminhadas, as ginásticas e, novamente, a dança. Concordando com Mourão e Vasconcelos (2008), entendo que a busca obsessiva das mulheres pelo ideal estético, achando que nunca são bonitas o suficiente, e o desejo de se



sentirem desejáveis, configura-se um sofrimento que impede tentativas de substituir ou transformar as relações de poder.

Apenas um professor acredita que ainda são poucas as mulheres que praticam alguma atividade, seja pelo discurso da saúde, da estética ou do lazer. Ele atribui esse fato à dupla jornada de trabalho, que faz com que não sobre tempo à mulher. Ao se incorporar no mercado de trabalho remunerado, a mulher se sobrecarregou com jornadas intensas entre trabalho remunerado, organização do lar, criação dos filhos e cuidados com o marido, o que acarretou profunda mudança nas relações familiares (TRINDADE, 2008). Entendemos que uma melhor distribuição de tarefas dentro do ambiente doméstico e a superação do conceito de que os cuidados com a casa e a família são exclusividades da mulher, proporcionaria disponibilidade para que as mulheres pudessem assumir outras atividades que lhes proporcionassem o cuidado de si e suas vivências corporais.

Além da prática corporal, surgiu no discurso de um professor, a ascensão da mulher em programas de esporte no meio televisivo. Uma vez que, conforme já apresentado neste trabalho, o esporte-performance, espetáculo, é um mundo masculino, quem apresentava resultados, críticas e crônicas esportivas eram os homens. Em analogia a esse fato, no que tange à ascensão da mulher na administração esportiva, em cargos de liderança e em posição de comando dentro dos clubes, no Brasil, a presença feminina atende a tendências ainda restritivas, pois, competem e participam de uma área criada e dominada pela perspectiva masculina (OLIVEIRA, 2004; MOURÃO e GOMES, 2004).

Parece que a busca pela prática esportiva por parte da mulher, aumentando a sua visibilidade, resulta mais de um esforço individual ou de pequenos grupos (de mulheres e também de homens) do que de políticas públicas de inclusão de mulheres no âmbito esportivo e de lazer, como já apontou Goellner (2004). Isso também pode ser evidenciado na fala de um professor entrevistado, quando afirmou que as meninas se portam com mais iniciativa, como quando foram solicitar que houvesse uma turma para elas também (o projeto só tinha turmas masculinas), querendo aprender a modalidade.

Investigações como de Soares (apud SARAIVA, 1999), já apontaram a redução das diferenças entre atletas homens e mulheres, o que prova que não se pode estabelecer rigidamente limites entre diferenças de rendimento esportivo de homens e mulheres. Fica evidente que meninas e meninos têm plena capacidade de se desenvolverem dentro do esporte, anulando, no esporte livre do sentido de alta performance e rendimento, toda limitação que os professores apontam como sendo inerente a elas e a eles e que, ao decorrer do trabalho, podemos perceber que são advindas de construção social.

Também ficou claro que o esporte pode ser sim uma ferramenta para inclusão social, só que não da forma como vem sendo trabalhado nos projetos sociais, sob o modelo de rendimento. “Apesar da aparente igualdade na participação de ambos os sexos, as diferenças no que tangem à inclusão no esporte devem ir além dos parâmetros fisiológicos” (DEVIDE, 2005, p.27). Na perspectiva de gênero, como aponta Saraiva (1999), a co-educação é um caminho que potencializa as relações humanas e em conjunto pode-se buscar a igualdade de oportunidades, desconstrução da relação de poder e quebra de preconceito entre os sexos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas esportivas nos projetos sociais da Fundação Municipal de Esportes (FME) de Florianópolis, ainda que sob a configuração inicial de esporte de participação, não demonstraram, nem no discurso nem na prática, afastamento do esporte de rendimento.



IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

Ao entender que o objetivo dos projetos, inicialmente, é a inclusão social, percebe-se que o esporte de rendimento não é a melhor ferramenta para esse fim, pois exclui o menos veloz, o menos forte, o menos hábil. Esta configuração de esporte acaba por excluir também as meninas, pois o esporte-performance, esporte-espetáculo, conforme foi abordado neste trabalho, é um esporte masculino, carregado de estereótipos, ainda, mantenedores da relação social de poder do homem sobre a mulher.

Entendendo que os papéis sexuais refletem na percepção que cada indivíduo tem de si ao se movimentar, na perspectiva co-educativa de entender o outro e ter a possibilidade de experimentar os mesmos movimentos, pode-se tanto transformar a conduta designada para cada sexo, construída socialmente, como desconstruir os estereótipos sexuais que limitam as condutas. Dessa forma, ampliam-se as possibilidades de vivências das práticas esportivas e aí, por meio delas, pode-se proporcionar o desenvolvimento pessoal e das relações entre as pessoas.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 445-465, dez.2003.

ALTMANN, Helena; SOUZA, Eustáquia Salvadora de. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Cadernos Cedes**, ano XIX, n. 48, agos. 1999.

ANDRADE DE MELO, Victor. **Projetos sociais de esporte e lazer**: reflexões, inquietações e sugestões. En <http://quadernsanimacio.net>, n. 7, jan. 2008.

ANDRADE DE MELO, Victor e ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drumond. **Introdução ao Lazer**. Barueri. Manole, 2003.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e Igualdade nas Relações de Gênero: Revisitando o Debate. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 41-52, 2005.

BRASIL. Constituições: **República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CORREIA, Marcos Miranda. Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões e considerações para uma gestão socialmente comprometida. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan./jun.2008.

DEVIDE, Fabiano Pires. A natação como elemento da cultura física feminina no início do século XX: construindo corpos saudáveis, belos e graciosos. **Movimento**, Porto Alegre, v.10, n.2, maio/agos. 2004.

DEVIDE, Fabiano Pires. **Gênero e Mulheres no Esporte**: história das mulheres nos jogos olímpicos modernos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.



GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e esporte no Brasil: uma história generificada. In: **O Mundo Psicossocial da Mulher no Esporte**: comportamento, gênero, desempenho. SIMÕES, A. C., KNIJNIK, J.D. (org.). São Paulo: Aldeph, 2004.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a Prática**, Goiânia, v.8, n.1, p.85-100, jan./jun. 2005.

LOUZADA, Mauro; DEVIDE, Fabiano. Representações sociais de discentes sobre as aulas de educação física escolar mistas e separadas por sexo. In: **Encontro Fluminense de Educação Física Escolar, 2004**. Niterói. Anais. Niterói: UFF, v.1, p. 322-327, 2004.

LOUZADA, Mauro; VOTRE, Sebastião; DEVIDE, Fabiano. Representações de docentes acerca da distribuição dos alunos por sexo nas aulas de educação física. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 55-68, jan. 2007.

MENICUCCI, Telma. Políticas Públicas de Lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Helder e LINHALES, Meily (org). **Sobre Lazer e Política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2006.

MENICUCCI, Telma. Políticas de Esporte e Lazer: o estado da arte e um objeto em construção. In: ISAYAMA, Hélder e LINHALES, Meily (org). **Avaliação de políticas e políticas de avaliação**: questões para o esporte e o lazer. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 9 ed. São Paulo; São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2006.

MOURÃO, Ludmila; GOMES, Euza Maria de Paiva. Mulheres na administração esportiva brasileira: uma trajetória em curso. In: **O Mundo Psicossocial da Mulher no Esporte**: comportamento, gênero, desempenho. SIMÕES, A. C., KNIJNIK, J.D. (org.). São Paulo: Aldeph, 2004.

MOURÃO, Ludmila; VASCONCELOS, Renata Veloso. Corpo e estética de mulheres no *fitness*. In: **O Universo do Corpo**: masculinidades e feminilidades. ROMERO, Elaine; PEREIRA, Erik Giuseppe B. (org.). Rio de Janeiro: Shape, 2008.

NORONHA, Vânia. **Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contexto de vulnerabilidade social**: contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves – Minas Gerais. NORONHA, Vânia (org.). Belo Horizonte: Editora, 2009.

OLIVEIRA, Gabriela Aragão Souza de. Mulheres enfrentando o desafio da inserção, ascensão e permanência no comando de equipes esportivas de alto nível. In: **O Mundo Psicossocial da Mulher no Esporte**: comportamento, gênero, desempenho. SIMÕES, A. C., KNIJNIK, J.D. (org.). São Paulo: Aldeph, 2004.



SARAIVA, Maria do Carmo, **Co-educação física e esportes**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, p. 5-22, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SCOTT, Joan. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. In: **Debates Feministas: cidadania e feminismo**. México: Metis Productos Culturales SA, 1999.

SCOTT, Joan. O Enigma da Igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2005.

SUASSUNA, Dulce *et al.* O ministério do esporte e a definição de políticas para o lazer. In: SUASSUNA, Dulce e AZEVEDO, Aldo. **Política e Lazer: Interfaces e perspectivas** (org.). Brasília, Thesaurus, 2007.

TRINDADE, roberta Carolina Valle da. Atletas e mães – a dupla jornada. In: **O Universo do Corpo: masculinidades e feminilidades**. ROMERO, Elaine; PEREIRA, Erik Giuseppe B. (org.). Rio de Janeiro: Shape, 2008.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Repensando o Esporte Brasileiro**, São Paulo: IBRASA, 1988.

VIANNA, José Antonio; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Projetos de Inclusão Através do Esporte: notas sobre avaliação. **Movimento**, Porto Alegre, v.15, n.03, p. 145-162, jul./set. 2009.

Julia Mara Pegoraro Silvestrin

Endereço: R.: João Pio Duarte Silva, nº 1070, Bloco B, Apto. 102. Córrego Grande CEP: 88037-000 Florianópolis –SC

E-mail: speechless87@gmail.com

Material para apresentação: Data Show

Julia Mara Pegoraro Silvestrin

Licenciada em Educação Física – GEDA/UFSC

Talita Affonso Gaspar

Licenciada em Educação Física - GEDA/UFSC